

98/12

ANA CRISTINA DE CARVALHO

*DE UMA VISÃO ASSISTENCIALISTA A UMA  
ABORDAGEM ESPECIALIZADA:  
O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROFISSIONAL  
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*

*Janete Elias*

RIO DE JANEIRO

1998

**UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
UNI-RIO  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA  
EDUCAÇÃO**

**DE UMA VISÃO ASSISTENCIALISTA A UMA ABORDAGEM  
ESPECIALIZADA: O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROFISSIONAL  
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Ana Cristina de Carvalho

Orientadora: Ângela Maria Souza Martins

Monografia apresentada ao Departamento de Fundamentos da Educação da  
Universidade do Rio de Janeiro como exigência parcial para obtenção do  
título de Especialista em Educação Especial.

**“...A luz das pessoas me faz crer  
E eu sinto que vamos juntos  
Nem o tempo amigo  
Nem a força bruta pode um sonho apagar  
Quem perdeu o trem da história por querer  
Saiu do juízo sem saber  
Foi mais um covarde a se esconder  
Diante de um novo mundo...”**

(Beto Guedes/ Ronaldo Bastos – Canção do Novo Mundo)

Dedico aos profissionais, que direta ou indiretamente participaram deste curso e que, ao dividir suas experiências e conhecimentos, me despertaram para uma educação ainda mais ampla e para uma busca maior de um novo mundo , em especial à professora **Ângela**, por seu empenho e dedicação.

Meus agradecimentos:

Às **peessoas especiais** que me beneficiam com seu convívio e que, a cada novo encontro, me mostram a beleza que existe em viver, apesar das diferenças e das dificuldades deste velho mundo.

À **Claudio**, companheiro de todas as horas, por todo incentivo, apoio e compreensão.

À **Barbara**, minha mais bela obra, que ao meu pedido, mesmo com dor no coração, abriu mão de horas preciosas de convívio e facilitou a conclusão deste trabalho.

Ana Cristina

## Resumo

O presente trabalho aborda a mudança de paradigma do profissional da Educação Especial, que anteriormente calcava seu trabalho numa filosofia assistencialista, e atualmente, se apoia em uma postura especializada. Partindo do histórico da Educação Especial e, contextualizando esta questão, percebo que houve toda uma mudança histórica na forma de encarar a Educação Especial, o que propiciou esta nova "visão". Mudanças são observadas também na Política Nacional de Educação Especial, onde já são mencionadas a necessidade da especialização deste profissional.

O grande número de cursos atualmente dedicados a esta área demonstra o crescente interesse e procura de uma melhor atuação por parte destes.

Logicamente ainda há a vinculação deste trabalho com o assistencialismo, mas percebe-se já uma grande mudança da sociedade na forma de conceber este profissional. E tudo me leva a crer que muito em breve estaremos diante de um novo profissional, mais capacitado e consciente.

## Sumário

<b>Introdução</b>	6
<b>I - Educação Especial</b>	
1.1 – Histórico	11
1.2 – Educação Especial no Brasil	14
<b>II - O Profissional da Educação Especial</b>	
2.1 – O Profissional e a Política Nacional de Educação Especial	17
2.2 – A Atual Formação Profissional	21
2.3 – Professores versus Técnicos	28
2.4 – Formação Profissional, uma contribuição	31
<b>III - A Visão Social</b>	
3.1 – O Profissional e a Visão Social	34
3.2 – Expectativas Sociais	37
<b>IV - Um Novo Mundo (Conclusões)</b>	38
<b>Referência Bibliográfica</b>	41
<b>Anexo</b>	43

## I – Introdução

Durante a trajetória histórica da Educação Especial sempre esteve presente algum tipo de profissional que acompanhava, cuidava, trabalhava, orientava, de acordo com o contexto social vigente, o portador de necessidades educativas especiais (ou o nome que lhe designam em cada época). Este trabalho, quase sempre, foi vinculado a uma idéia de “caridade”, estabelecendo uma relação assistencialista.

O quesito “bondade” era ponto primordial para o trabalho com deficientes, sendo até mais importante do que o conhecimento, pois este atendimento era considerado filantrópico, assistencial e não ligado a uma educação escolar. Estes profissionais eram, e ainda hoje muitos o vêem assim, considerados pessoas divinas, equiparando este tipo de trabalho ao sacerdócio.

Felizmente, tendo passado por várias fases como: a eliminação; a marginalização ; o assistencialismo; a segregação e a reabilitação, a Educação Especial chegou a uma fase em que se luta pela educação no seu sentido mais global. Houve uma mudança bastante sensível no modo de ver e trabalhar esta questão. Atualmente, o trabalho é voltado para uma relação profissional, luta-se pelo fim do estigma da bondade para obter-se um maior reconhecimento. Há a necessidade de um maior conhecimento e

especialização como em qualquer outra profissão e, uma crença maior na capacidade de desenvolvimento destas pessoas que são portadoras de necessidades educativas especiais, e conseqüentemente gerando uma maior destinação de recursos ( materiais e pessoais) para esta clientela, assim como uma maior exigência em relação em relação aos profissionais desta área.

Não basta mais ser bom apenas no sentido humanitário, mas também é necessário ser bom no sentido profissional. Hoje discutem-se estratégias de ensino e alternativas de atuação para um melhor desenvolvimento desta clientela, levando estes profissionais a uma maior necessidade de conhecimentos e, conseqüentemente, obrigando-os a uma constante busca. Melhor do que o reconhecimento celestial é o reconhecimento profissional e os bons resultados de um trabalho.

Desde que comecei a atuar ( trabalhando e estudando) na área de Educação Especial, sempre me deparei com estas duas questões quase que antagônicas: a filantropia e a especialização. Ou a visão das pessoas, ao dizer que atuava nesta área, era voltada para a questão da filantropia, onde me consideravam uma pessoa boa e abnegada, com total capacidade de doação e onde nada mais me era cobrado, ou então era voltada para a necessidade de um conhecimento, do quanto eu estudava e entendia desta questão para falar e atuar sobre. Mas sempre havia um comentário qualquer. É interessante perceber como esta "área" incomoda e que o próprio

profissional é tão estigmatizado quanto o deficiente, logicamente guardando as devidas proporções.

Percebi também que muitos profissionais desta área aceitavam este estigma e internalizam estas questões, considerando-se pessoas “boas e abnegadas” ou então portadoras de um conhecimento único.

Certamente existem precedentes históricos que propiciaram estes conceitos. Durante anos acreditou-se que o deficiente era um total inválido, e ainda há quem pense assim, e a única função de quem atuava nesta área era cuidar, como se cuida de uma criança.

E quais as mudanças que ocorreram durante todos estes anos na área de Educação Especial? E como isto foi sendo aproveitado por este profissional? Quais são as atuais “exigências” em relação a ele e como atualmente ele é encarado pela sociedade? Se o estigma de bondade que o acompanhava continua ou se deu lugar a uma outra posição, o de um profissional especializado?

Sabemos que atualmente um grande espaço está sendo aberto na sociedade em relação a Educação Especial, Acredito que a busca de direitos possibilitou a união entre profissionais e deficientes, criando um espaço para discutir a Educação Especial. E como este espaço, que é fundamental neste processo de mudança, está sendo utilizado?

No meu trabalho percorri a seguinte trajetória:

- Uma revisão bibliográfica sobre o tema, desde os primeiros passos em relação a Educação Especial, dando ênfase a literatura sobre o

contexto histórico brasileiro e tendo como enfoque básico o profissional da Educação Especial.

- Pesquisa, via Internet, sobre os cursos de nível acadêmico e superior, atualmente oferecidos no Brasil, voltados para a formação de profissionais na área de Educação Especial. Escolhi um curso de cada uma das cinco regiões brasileiras onde tive como interesse: o fluxograma de matérias, o tempo de duração, o público alvo e a obrigatoriedade ou não de estágio.
- Pesquisa, através de questionários de respostas livres, com uma amostragem de 5 profissionais da área de Educação Especial, com especialidades diversas e 5 pessoas não ligadas a esta área.

Baseada numa visão sócio histórica, tratei deste tema da seguinte forma: no primeiro capítulo falei sobre o histórico da Educação Especial, de forma resumida, detendo-me apenas nos aspectos mais relevantes para esta monografia, como a relação profissional, destacando a história no contexto brasileiro.

No segundo capítulo abordei: a questão do profissional da Educação Especial, como ele está vinculado a Política Nacional de Educação Especial, ou seja, quais leis e regulamentos que regem o seu trabalho; como está a atual formação deste profissional dentro dos cursos acadêmicos; a relação professor versus técnico, quem é quem, visto que os dois são profissionais que estão ligados a Educação Especial e coloquei por fim a minha contribuição, o que penso deste profissional.

No terceiro capítulo, com bases nas pesquisas feitas, levantei a visão social que prevalece deste profissional e as expectativas que a sociedade têm em relação a estes.

Termino com um quarto capítulo, intitulado Um Novo Mundo, que são as conclusões desta monografia. Segue ainda as referências bibliográficas e anexos.

## I - Educação Especial

### 1.1 – Histórico

*...de que fique claro que não podemos fazer uma análise moralizadora, procurar heróis ou vilões, ou buscar entender o movimento da história a partir de voluntarismos ou subjetivismo. As questões tem que ser contextualizadas.*

*Lucídio Bianchetti,*

Ao se falar sobre o histórico da Educação Especial temos que delimitar quatro estágios, como nos fala Kirk e Gallanger: o primeiro seria a era pré-cristã, onde os deficientes eram marginalizados, maltratados e até mortos, um período de eliminação e marginalização. Não havia qualquer tipo de compromisso e/ou sentimento para com estes. Os deficientes eram vistos como incapacitados, inválidos e isto era tido com uma condição permanente.

No segundo, com o advento do cristianismo, passou a existir um sentimento de compadecimento em relação a estes, onde haveria uma relação de proteção, um período de assistencialismo. Mas num primeiro momento do Cristianismo ainda houve a eliminação dessas pessoas, pois para alguns estes eram considerados pecadores. A sua deficiência no corpo físico era a demonstração de sua deficiência na alma. Como coloca Mazzotta: a própria religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem

como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, buscava inculcar a idéia de um homem perfeito, físico e mentalmente. Num segundo momento, na Idade Média, surge a idéia da caridade, da salvação eterna. Quem se apiedasse e se dedicasse ao cuidado destas pessoas, estariam mais juntos de Deus. Para cuidar destas pessoas bastava ser uma pessoa bondosa, que praticasse “princípio cristão de solidariedade humana” ( Mazzotta, pp. 15).

No terceiro período, nos séculos XVIII e XIX, começaram a aparecer instituições específicas para estas pessoas, que forneceriam uma educação à parte, segregada, apesar da preocupação com a educação e desenvolvimento destas pessoas. Foi neste período que surgiram as grandes instituições dedicadas aos atendimentos a essa clientela e propostas educacionais específicas.

O último período, que seria este final de século, está se caracterizando como um período de integração e de uma tentativa de inclusão destas pessoas na sociedade. Há uma preocupação com a reabilitação e com a educação. Ações sociais e governamentais se voltam para o aluno com necessidades educativas especiais, discutindo-se e criando-se planos de trabalho que favoreçam o seu desenvolvimento. O início foi marcado por um posicionamento muito tecnicista, onde se privilegiava o atendimento médico terapêutico, a reabilitação. Atualmente é o pedagógico educacional que está impulsionando as ações com relação ao portador de necessidades educativas especiais. Busca-se um

trabalho conjunto e integrado que ponha um fim nos rótulos ou estigmas, como diz Mazzotta .

**Estamos diante de um novo mundo.**

## 1.2 – Educação Especial no Brasil

A preocupação com a Educação especial no Brasil se iniciou no Século XIX, com a criação de instituições de amparo a esta clientela. Estas deveriam ter um caráter educacional, mas na realidade nem sempre funcionaram com este propósito, em muitos casos eram atendimentos mais técnicos do que pedagógicos educacionais.

Segundo Mazzotta, o primeiro período, vai de 1854 a 1956, e foi marcado por "iniciativas oficiais e particulares isoladas", de atendimento educacional a esta clientela, sem estar atrelado a política educacional brasileira. O segundo período, que vai de 1957 até os dias de hoje, caracteriza-se por "iniciativas oficiais de âmbito nacional", respaldadas pela política educacional. Esta mudança demonstra um compromisso, a nível governamental, com esta parcela da população e com o seu desenvolvimento. É o governo assumindo o seu papel dentro da Educação Especial.

Voltando ao primeiro período, a primeira instituição fundada no país foi o Imperial Instituto dos Cegos, que mais tarde passou a chamar-se Instituto Benjamin Constant e, logo após, o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, que mais tarde passou a chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ambos foram fundados por D. Pedro II e se voltavam para a educação e profissionalização desta clientela. Cabe ressaltar que, até os dias de hoje, estes dois

institutos ainda são um marco referencial em relação a Educação Especial pois como coloca Mazzotta (pp. 29) "... a instalação do IBC e do INES abriu possibilidade de discussão da educação dos portadores de deficiência...". Havia também, já naquela época, uma preocupação com a formação dos professores para estes alunos, que exigiam uma especificidade por parte deste profissional, como por exemplo, o domínio do *braile*.

Outras instituições surgiram como: o Hospital Juliano Moreira, que no passado chamava-se Hospital Estadual de Salvador, tratava de crianças com deficiências mentais e não possuía um cunho pedagógico, mas sim um trabalho voltado para o atendimento médico terapêutico; a Sociedade Pestalozzi do Brasil e outras Pestalozzi(s), criadas pela professora Helena Antipoff, que foi uma grande lutadora pela causa da Educação Especial; a Associação de Assistência a Criança Defeituosa (AACD); as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entre outras. Cada uma dessas instituições atendia a um tipo determinado de clientela, surdos, cegos, deficientes físicos, etc.

Começam a surgir, a partir do século XX, trabalhos científicos voltados para esta área, demonstrando assim uma preocupação e interesse, de alguns estudiosos, com a questão da Educação Especial, onde destaca-se o nome do Dr. Carlos Eiras.

Acredito que estes fatos levaram o governo brasileiro a assumir, a nível nacional, a sua responsabilidade em relação a educação Especial e este segundo período vem sendo marcado por

iniciativas oficiais, com a criação de decretos e leis específicas que regulamentam o trabalho do profissional e possibilitam um maior desenvolvimento nesta área.

Falarei sobre estas leis, principalmente no que concerne ao profissional, no capítulo sobre Políticas Públicas, mas como já coloquei anteriormente, houve uma "exigência" por parte das pessoas ligadas a Educação Especial para que esta legislação se efetivasse, demonstrando que não deveria ser simplesmente um ato "benevolente" do governo. Segundo Mazzotta (pp.64) , os grandes representantes da Educação Especial e os pais "*têm sido uma grande força para a mudança no atendimento aos portadores de deficiência*", que unidos conseguem concretizar seus objetivos e tornar suas ações em forças sociais.

## II – O Profissional da Educação Especial

### 2.1– Política Nacional de Educação Especial e o Profissional

*...Garantir uma posição social e intelectual condizente com a responsabilidade pública do professor constitui condição fundamental para que o país possa ter uma escola que seja uma agência de construção de cidadania.*

*Célio Cunha*

Há muitas leis, portarias, regimentos, etc. que norteiam a Educação Especial, entretanto sua aplicabilidade é questionável. Destinam-se recursos que muitas vezes são mal aplicados ou se perdem pelo excesso de burocracia. Há, por parte do governo, um certo descaso, que pode ser ocasionado até por uma falta de conhecimento. Algumas ações governamentais, na forma de leis e decretos, regulamentam e direcionam o trabalho em Educação Especial e, entre outros temas, aborda a questão do profissional que trabalha com esta clientela. Como este trabalho tem como objetivo maior discutir a questão deste profissional, deter-me-ei apenas as políticas adotadas que digam respeito a formação destes.

#### **Legislação e Normas**

- Artigo 9º da lei 5.692/71: ... (b) **o preparo e aperfeiçoamento de pessoal...** (Logicamente este parágrafo, e os outros que se seguem, dizem respeito a Educação Especial).
- Portaria Interministerial nº186, de 10 de março de 1978  
"...propiciar continuidade de atendimento de excepcionais, **através de serviço especializado** de reabilitação e educação..."

e "...sempre que possível, as classes especiais deverão ser orientadas por **professores especializados**..."

- Projeto de lei n.º 101 de 1993 (LDB) Cap. XIV, art.79 Ressalta a necessidade da **qualificação de professores**.

#### **Planos Nacionais de Educação**

- PND (1972/74) **apoio técnico para que se ministre a Educação Especial** – Grande linha de ação
- Subprojeto 13.6 do PND (75/79) CENESP– Metas referentes a **capacitação de recursos humanos, como especialização, aperfeiçoamento e atualização das equipes técnicas e docentes da área de Educação Especial**. Maior destinação e valorização de recursos foi empregada nesta capacitação de recursos humanos para o corpo de técnicos e pouca valorização do corpo docente.
- Plano de Ação da Comissão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) – Tinha como um dos seus objetivos a **capacitação profissional e o acesso ao trabalho**.
- CENESP/MEC - 1985 – Centro Nacional de Educação Especial , mais tarde transformado em SESP/MEC – Secretaria de Educação Especial Educação Especial – Nova Proposta – Uma de suas linhas de ação era: **promover a valorização dos recursos humanos que atuam em Educação Especial**.
- Instituição da CORDE/1986 – Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que revela: " a carência de

especialistas e professores preparados dificulta a ampliação dos serviços e a melhoria dos existentes; e a Portaria Interministeriais n.º 477e 186 ocasionou uma grande expansão dos serviços de atendimento terapêutico...dissociando o processo terapêutico do educacional."

- CORDE/1992 – definição da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. É definido, entre outros, como uma dificuldade a integração: " a **insuficiência de recursos humanos devidamente qualificados** para o atendimento do deficiente."

As ações estratégicas traçadas foram:" - Formar e treinar multiplicadores para o atendimento educacional especializado; - Propor reciclagem de professores...; - Estimular a formação de professores reabilitadores e educadores infantis; - Promover a especialização de professores para a função de professor itinerante e professor consultor; - difundir, através de alteração curricular nos cursos de graduação, informações sobre portadores de deficiência", entre outras.

- Proposta de inclusão de Itens ou Disciplinas acerca dos Portadores de Necessidades Especiais nos Currículos dos Cursos de 2º e 3º grau SEESP/1993 – Revisão Curricular .
- Art.59. III – "Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades educativas especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino

regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns."

A legislação veio possibilitar à Educação Especial dispor de seu sentido humanitário, assistencialista, para adquirir um caráter especializado, resultando num salto qualitativo pois, constata-se claramente, que a lei regulamenta e exige, (ou pelo menos recomenda) do profissional desta área, que ele seja uma pessoa especializada e que tenha as qualificações necessárias para o trabalho com esta clientela. Cabe ressaltar que nem sempre isto ocorre. Recursos foram e são destinados a esse fim mas que, infelizmente, se perdem pelo caminho ou são empregados em outros projetos. Há, por parte da população, um desconhecimento das leis que nos regem, ( não só na Educação especial como em outros setores), e um descaso a nível governamental. Mais do que qualquer outro, o profissional tem que estar consciente do seu papel frente a Política Educacional e desta em relação a Educação Especial, buscando atender as exigências, não só legais, como a demanda de seu trabalho. Isabel Ferreira (pp. 156 ) coloca a necessidade de um conhecimento específico aliado a uma prática para um bom resultado. " *A capacitação dos professores proporcionou maior autonomia ao trabalho pedagógico, maior criatividade ao planejamento e desempenho das atividades.*

## 2.2 – A Atual Formação Profissional

*Diferentes abordagens têm sido utilizadas para explicitar seu papel para os indivíduos, as famílias, as escolas e a sociedade. Ora transparece a preocupação com os estudos voltados para aspectos técnicos ou metodológicos de cada uma das esferas de sua atuação, ora é dada ênfase na compreensão de sua função ideológica em relação à educação e à sociedade.*

*Marcos Mazzotta*

A questão da Educação Especial e a especialização continua sendo discutida apenas em cursos e locais que se dedicam a este fim. Ainda não faz parte dos currículos, como sugerem as leis, dos cursos médios e de graduação dos técnicos e docentes, que de alguma forma poderão ter acesso a este tipo de clientela. Ainda está restrito ao profissional que, por uma necessidade de maiores conhecimentos, procura se especializar nesta área. Mas como está se dando, nos dias de hoje, a formação do profissional em Educação Especial? Selecionei cinco cursos de especialização, para descrição, um de cada região do país, embora tenha acessado e pesquisado em outras instituições. São cursos de nível superior (extensão e pós-graduação) onde destaquei o fluxograma de matérias, o objetivo, o tempo de duração, público alvo, obrigatoriedade ou não de estágio.

### 1. Região Sul: Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria, Rio Grande do Sul

Curso: Especialização em Ed. Especial ( Def., Mental e Def. da Audio-Comunicação)

Objetivo: Possibilitar a compreensão das potencialidades, das limitações e das diferenças dos portadores de deficiências, propondo ações interativas com a sociedade.

Público Alvo: Aberto a todas as áreas do curso superior.

Estrutura Curricular: Planejamento Educacional  
60h

Pesquisa Educacional I

60h

Teoria e Prática de Ensino Ed. Especial DA I

180h

Teoria e Prática de Ensino Ed. Especial DM I

180h

Cognição e Aprendizagem

30h

Pesquisa Educacional II

60h

Teoria e Prática de Ensino Ed. Especial DA

II 180h

Teoria e Prática de Ensino Ed. Especial DM

II 180h

Há a obrigatoriedade do estágio.

Fonte: <http://www.ufsm.br/ufsm/centros/pós-graduação/especialização/e-edesp.../curriculo.htm>.

2. Região Sudeste: Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ

Rio de Janeiro – RJ

Curso: Psicopedagogia Diferencial: Problemas na Aprendizagem

Objetivo: O curso visa subsidiar os participantes na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos básicos ao desenvolvimento de ações psico-pedagógicas na escola junto a crianças ou adolescentes com "diferenças na aprendizagem" expressa através de retardo mental, superdotação, distúrbios emocionais e /ou problemas específicos de aprendizagem.

Público Alvo: Pedagogos, Psicólogos, Médicos, Fonoaudiólogos, Assistentes Sociais e Professores.

Estrutura Curricular: Fundamentos da Educação Especial

O Processo de Desenvolvimento da Criança

Investigação Avaliativa I

Proposta de Intervenção Psicopedagógica I

Metodologia de Pesquisa

Investigação Avaliativa II

Proposta de Intervenção Psicopedagógica II

Seminário de Conclusão do Curso

Didática do Ensino Superior ( opcional)

Há a obrigatoriedade de estágio.

*Fonte:* <http://www.puc-rio/depto/ccpg/esppsid.html>

3. Região Nordeste: As universidades cadastradas à Internet desta região – Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; universidade Federal de Pernambuco – UFPE; universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal da Bahia – UFBA, não possuem em seu quadro de especializações o curso de Educação Especial. Algumas, como a UFPE, possui o curso de

Especialização em Educação, mas este não é voltado para esta área. Há também as Universidades Católicas que também não possuem em seu quadro o curso de Educação Especial.

4. Região Centro – Oeste: Universidade Católica de Goiás

Goiânia – GO

Curso de Especialização em Educação Especial

Objetivo: trabalhar a docência enquanto objeto de pesquisa e formação acadêmica continuada; Possibilitar ao professor condições intelectuais para um melhor desempenho acadêmico; incentivar os professores para graus mais avançados de titulação acadêmica.

Público Alvo: Diplomados em curso superior reconhecido em áreas de conhecimento que se relacionam com o estudo do tema proposto:

Educação

Estrutura curricular: Ciência e Sociedade

Metodologia Científica

Educação Superior

Fundamentos da Docência Universitária

Planejamento e Avaliação Institucional

Política Curricular

Planejamento de Ensino

Docência e Comunicação

Avaliação Discente

Tecnologia Educacional

Atividades Orientadas

Duração do curso: 01 ano

Não especifica a obrigatoriedade ou não de estágio

Fonte: <http://www.ucg.br>

5 – Região Norte: Universidade Federal do Pará

Belém do Pará – Pa

Curso de Extensão no Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Projeto: Orientação Psicológica a Familiares de Crianças Portadoras de Deficiência.

*Fonte:* <http://www.ufpa.br>

Primeiramente cabe ressaltar, que esta pesquisa foi feita via Internet, o que significa que pode haver cursos que não estão disponíveis por este acesso, e por esta razão não podemos afirmar que tal não aconteça em determinada região.

Há um número significativo de cursos voltados para a Educação Especial acontecendo e a grande maioria destes concentram-se nas regiões Sudeste e Sul por uma razão econômica e social, obedecendo a uma estrutura que permanece em todo país onde os grandes centros urbanos comandam e retêm toda força de trabalho e conhecimento. Na região Nordeste não há indicações, de que este tipo de especialização faça parte do quadro de cursos das universidades.

Todos os cursos, aqui pesquisados, têm como objetivo geral instrumentalizar o profissional para o trabalho com esta clientela, demonstrando haver um conhecimento específico para a atuação deste e uma necessidade de obtê-los para um melhor desempenho. A maioria têm como público alvo profissionais ligados à Educação e os paramédicos. O fluxograma é muito variado entre estes, até por

que algumas abrangem determinados tipos de alunos com necessidades educativas especiais diversos de outras. Alguns cursos, apesar de se destinar a Educação Especial, não possuem matérias desta área específica no fluxograma, mas todos os cursos mantêm prioritariamente uma linha ligada a Educação. A maioria dos cursos não exigem um estágio obrigatório, nem possuem uma parte prática e a maioria das matérias não são específicas.

Percebo que os cursos desta área em geral preocupam-se muito em **formar especialistas**, e estão pouco preocupados com a formação de um novo profissional no sentido ideológico, da contribuição social que permeia esta especialização. Não há uma preocupação social, mas sim acadêmica. Poucos cursos possuem disciplinas voltados para o estudo da sociedade, pois os alunos com necessidades educativas especiais fazem parte desta e não de um mundo isolado.

É certo que este tipo de especialização é relativamente nova e, como tudo, ainda irá passar por mudanças em todos os níveis. Como o próprio nome fala: alunos com necessidades educativas especiais, alunos da Educação Especial. Há algo além, que foge a nossa rotina e que nos obriga a refletir e buscar uma mudança, uma alternativa que dê conta deste especial, que não significa melhor ou pior, mas diferente, de outro modo. Na verdade todos somos especiais e diferentes se formos pensar que cada um tem seu tempo, seu ritmo e sua forma de aprender e apreender.

Felizmente constatamos, com o grande número de cursos atualmente voltados para esta área, que há um interesse em desenvolver e aprimorar cada vez mais o trabalho para com esta clientela demonstrando uma crença nos potenciais e na capacidade de desenvolvimento destes alunos com necessidades educativas especiais. A especialização contribui e muito para conquista de um reconhecimento profissional , já que instrumentaliza o indivíduo para que ele, na sua prática, alcance seus objetivos.

### 2.3– Professores versus Técnicos

Há uma questão, bastante antiga, entre técnicos e professores e antes de iniciar essa discussão, cabe colocar quem são estes profissionais.

O professor é o profissional que está ligado ao desenvolvimento educacional, pedagógico; e o técnico é o profissional mais voltado para a questão da reabilitação como os fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, e do desenvolvimento emocional, como os psicólogos.

Durante um longo tempo acreditou-se que era mais necessário o trabalho de reabilitação do que o trabalho pedagógico. O número de técnicos especialistas e o investimento feito nesta área demonstram esta diferença, como coloca Mazzotta (p.100) "*...denota uma preferência pela formação de técnicos , em detrimento da formação de docentes especializados.... mais do que a educação escolar, privilegia a assistência e/ou a reabilitação..*"

Atualmente, o trabalho pedagógico ganhou seu devido espaço. Há um grande investimento nesta área e nestes professores. O trabalho tornou-se multidisciplinar. "*A responsabilidade partilhada e a remoção de rótulos ou estigmas passam a caracterizar o atendimento aos portadores de deficiência,*

*tanto em serviços educacionais quanto em serviços de reabilitação"*  
(Mazzotta p.14).

Há um estigma em relação a estes profissionais, principalmente quanto aos professores.. Como numa escola em que a pior turma ( se é que esta é uma realidade validada) é dada ao pior professor (idem), ao mais faltoso, ou problemático. O mesmo ocorre em relação as chamadas classes especiais, ou com alunos portadores de necessidades educativas especiais, ou eles vão para o pior profissional, ou para o mais paciente, ou para o mais rígido, mas nunca para um professor comum. Ele passa a ter algum estigma, alguma diferenciação, que justifique sua relação, como coloca Goffman é um estigma de cortesia..."*um indivíduo que se relaciona com um indivíduo estigmatizado através da estrutura social – uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa.*" (Goffman, p.39)

No entanto, os técnicos, algumas vezes, possuem um estigma "às avessas", como um grande "Deus", em quem acreditam ter o poder da cura. A uma grande crença no poder da ciência.

Na verdade há uma grande cobrança e exigências em relação ao trabalho destes profissionais que precisam ser dotados de um saber e de um valor ímpar. O que não podemos, é confundir os papéis, querer fazer do professor um técnico e do técnico um professor "*...não se pode esquecer que o papel desse professor, como o dos demais professores, é fundamentalmente, o de educador e não o de terapeuta. O professor deve agir dentro dos*

*limites de sua própria compreensão e procurar o auxílio especializado em outros assuntos, que têm um papel unicamente de assistência complementar e suplementar a desenvolver." (Mazzotta, p.46)*

O que permite e auxilia o crescimento, tanto pessoal quanto profissional é a troca. Pode ser de experiências, de conhecimentos, de idéias, mas tem que ser baseado neste princípio. É a riqueza do trabalho multidisciplinar em direção a uma meta comum: o desenvolvimento do aluno, do paciente, da criança, não importa – o que se propõe é um trabalho voltado para o desenvolvimento do ser humano. Como coloca Smolka (p.47) "*O trabalho pedagógico consiste numa prática laboriosa, histórica, de produção conjunta daquilo que é especificamente humano; consiste na elaboração de formas especificamente humanas de representar, significar e conhecer o mundo*".

## 2.4 – Formação Profissional, uma contribuição

*"O professor do ensino básico é a principal figura na sociedade inclusiva. Isso é muito claro para mim. Não adianta comtemporizarmos: enquanto os cursos e as universidades que formam professores não tiverem como ponto de honra conscientizá-los de que alunos com deficiência são responsabilidades de todos os educadores, e não apenas do profissional que se interessa por educação especial, caminharemos feito tartarugas."*

*Claudia Werneck*

A educação e o desenvolvimento de cada criança, seja ela deficiente ou não, é papel de todos nós, sejamos profissionais especialistas ou não. Disso não tenho dúvida. Agora ser eficiente e procurar desempenhar o melhor papel, buscando novos conhecimentos e colocando-os em prática, é o papel do bom profissional. Valorizar e propiciar esta busca é papel da sociedade e dos governantes.

Não se vive só de prática, nem se aprende só na teoria, é importante o entrelaçamento desses dois fatores. Mais do que especialistas, precisamos ser criativos, obtermos o conhecimento e sabermos utilizá-los de forma eficaz no trabalho, para que estes alunos possam ter maiores condições de inserção social e possibilidades de enfrentar os desafios. *"...Nós, profissionais da Educação Especial, podemos no máximo oferecer àqueles que querem aceitar este desafio o treinamento e as armas mais adequadas. Porém, quem terá que enfrentar as feras na arena não*

*somos nós, são eles. Dito de outra forma, a educação especial que podemos oferecer a esta clientela é a conscientização de sua condição psicossocial e a instrumentalização para lutar por condições de vida as mais amplas possíveis" .(Glat, p. 43 )*

O grande desafio do profissional de Educação Especial é vencer as barreiras do seu próprio preconceito e o da sociedade. Dele, por que ele precisa acreditar confiança de que aquele aluno é capaz e investir neste trabalho, buscando alternativas adequadas e criativas para seu melhor desempenho e não vê-lo como um deficiente, um "caso sem solução". É deixar de trabalhar a deficiência, para trabalhar suas potencialidades e desenvolvê-las ao máximo, abrindo o direito a uma escola de qualidade e ao exercício da cidadania. Em suma, questão a sociedade deve ver nele um profissional acima de tudo, que se especializa e precisa ter seu trabalho reconhecido, não pela sua "bondade", mas pela seu esforço e competência. É necessário buscar a eficiência: a sua própria e a do aluno com necessidades educativas especiais. Estabeleceu-se na Declaração de Salamanca\* que, toda criança, independente de qualquer fator, tem direito a ser matriculado numa escola regular, e que o governo deve ter prioridade nesta meta, dando total apoio político e financeiro para o sistema educacional. Não há mais variedade de atendimentos, mas sim de respostas criativas e educativas para

**\*Declaração de Salamanca – Documento redigido em Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, com o a participação de vários países, onde é reafirmado, categoricamente, o compromisso de Educação para todos, com atenção especial aos portadores de necessidades educativas especiais, adotando-se o princípio da Inclusão.**

essas necessidades.

Como está dito no próprio texto da Declaração: "*Toda criança possui características, interesses, habilidades necessidades de aprendizagem que são únicos*". Não há como tratar um grupo com total homogeneidade como faz atualmente o sistema escolar. É necessário um engajamento de todos os profissionais da escola para a reestruturação deste sistema. É necessário uma reciclagem profissional, obter novos conhecimentos e pô-los em prática. Isto é ter uma Educação Especial, é ser profissional.

Deixar de ser assistencial é acreditar que o portador de necessidades educativas especiais é alguém com potencial, que merece e tem o direito a um educação de qualidade, e não simplesmente alguém que necessite de cuidados eternos, sem perspectiva de mudança.

### III – A Visão Social

Este capítulo será uma análise do questionário aplicado, que segue o modelo anexo a esta monografia.

#### 3.1 – O Profissional e a Visão Social

*"Educação especial é o tipo de educação dada a pessoas que possuem uma certa dificuldade de aprender e necessitam de especialistas que entendam bem dessas dificuldades para que possam ajudá-las de um modo mais específico."*

*T. Estudante – 17 anos*

A citação acima exprime bem, de acordo com a pesquisa feita, o que a maioria das pessoas pensam em relação ao profissional da Educação Especial: ele é bom, no sentido humanitário, e ao mesmo tempo possuidor de um conhecimento específico para este trabalho. O trabalho continua sendo vinculado a um assistencialismo, o professor continua sendo aquele que ajuda, acredito que esta postura se deva a visão que se têm do deficiente, como alguém que sempre depende de outro, pois alguns preceitos são anteriores ao nosso nascimento e até pode se dizer que são inquestionáveis, como se fossem sagrado, e a relação com a deficiência seria um exemplo disto.

Através do intercâmbio social nos são passados os valores de uma sociedade, utilizando um termo junguiano, funciona como um grande "inconsciente coletivo".

Cabe ao próprio profissional tentar mudar esta visão social . Felizmente já se percebe que o social leva em consideração a necessidade de um conhecimento, de uma especialização para atuar nesta área. Já existe a idéia de que é uma *educação diferente*, e que é necessário mas do que boa vontade deste profissional.

Os profissionais que trabalham na área já vêem seu trabalho como uma especialização, como alguém que se dedica, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento de uma determinada clientela, no caso os alunos com necessidades educativas especiais, entretanto alguns ainda se consideram possuidor de um conhecimento único e com isso ficam sem abrir o horizonte para novas idéias, perpetuando seu trabalho de forma repetitiva, sem buscar mudanças ou novas alternativas de atuação.

A Educação Especial, segundo a pesquisa feita, é vista como destinada a quem não pode frequentar uma educação regular, que teria dificuldades em acompanhar, como foi dito por uma professora, "*uma aula normal*", ou seja, é aquela educação destinada apenas a alunos especiais, deficientes.

Mas o que é uma aula normal e o que é uma aula especial? A escola faz um processo de normalização de comportamento e aquisição de aprendizagem, como se não houvessem diferenças individuais e, como o professor, mesmo querendo, não pode negar esta diferença, entretanto como não consegue encaixá-los aos modelos educacionais tradicionais, o exclui para uma outra esfera, a do campo de Educação Especial.

Os requisitos mais atribuídos a este profissional foram: paciência, dedicação, altruísmo. Os menos atribuídos foram: profissionalismo, competência.

Isto demonstra claramente que ainda prevalece a visão assistencialista na Educação Especial, em detrimento da posição de um profissional especializado. A questão da filantropia nesta área continua tendo um grande peso e infelizmente algumas instituições ligadas a Educação Especial ainda perpetuam isso ao se associar o trabalho deste profissional a uma caridade, como por exemplo o trabalho voluntário de profissionais capacitados que deveriam ser remunerados em suas funções. O próprio profissional, ao aceitar este tipo de vínculo desvaloriza-se enquanto profissional e internaliza o estigma da bondade. Esta é uma questão que precisa ser revista por aqueles que atuam nesta área para mudar esta forma de ser concebido.

Há um consenso no que tange a questão da necessidade da inclusão desta área em todos os cursos, que de alguma forma, preparem profissionais que venham trabalhar com esta clientela. Não deveria haver apenas cursos específicos, fora da grade de formação curricular "normal" de um curso de graduação, mas sim a inserção de temas e/ou disciplinas voltadas para a Educação Especial. Vale lembrar que vai de acordo com a *"proposta de inclusão de itens ou disciplinas acerca dos portadores de necessidades especiais nos Cursos de 2º e 3º grau"* SEESP/1993 Revisão Curricular parte integrante da Política Nacional de E.E.

### 3.2 – Contribuições Sociais

Uma mudança de paradigma está acontecendo em relação ao profissional de Educação Especial, de uma forma muito lenta mas perceptiva. E como esta mudança está sendo utilizada para modificar ou enriquecer o social? Qual a contribuição deste novo profissional para a sociedade e para o portador de necessidades educativas especiais?

O especialista é, antes de tudo, um auxiliar, aquele que vai amparar o professor ou um outro profissional na atuação de seu trabalho. Ele tem um trabalho de assistência a desenvolver através de técnicas e métodos dos quais passou a ter conhecimento. Logicamente nada impede que um professor seja um especialista, embora sua função seja educacional, ela precisa ser de qualidade. Mas uma parceria torna o trabalho mais rico.

Há também a necessidade de reverter a visão social, mostrar que há um trabalho sério e competente por trás da Educação Especial, barrando a visão do assistencialismo e do descompromisso.

Essas, ao meu ver, são as funções prioritárias do novo profissional: auxiliar no crescimento e desenvolvimento da Educação Especial, inclusive criando novos métodos e técnicas de atuação e modificar a visão da sociedade, fazendo dela um aliado e não um mero espectador compadecido da deficiência alheia.

#### IV – Um Novo Mundo ( Conclusões)

*"...Abstração feita das insuficiências humanas, a educação é em grande parte a culpada por estes estados de coisas: ela procura suas normas exclusivamente no que é normal, e nunca se refere à experiência pessoal do indivíduo."*

C. G. Jung

Existem processos institucionais de decisões, em que todos tomamos como verdades, mas são processos dinâmicos, que se modificam com tempo. As visões se modificam e o que anteriormente era considerado o correto, o ideal, dentro de uma determinada sociedade, pode vir a não ser mais.

Quando, por exemplo, diante de uma determinada norma, já aceita socialmente, se faz uma reflexão, muitas vezes percebemos a necessidade de uma nova postura, de uma mudança. E isto aconteceu e acontece em relação a Educação Especial. Durante muito tempo se acreditou que era lícito eliminar os deficientes, eles eram a praga, um castigo e socialmente era um ato aceito. Atualmente isto seria considerado um ato bárbaro. Houve então uma mudança postural frente a estes fatos.

Essa mudança também está se processando na forma de atuar junto a essa clientela. Atualmente prima-se por um atendimento e/ou acompanhamento de qualidade. Houve um significativo aumento de exigência em relação a esta atuação, buscam-se agora, bons profissionais.

Relembrando os objetivos propostos para esta monografia chegamos a conclusão que realmente aconteceram importantes e decisivas mudanças no campo da Educação Especial no que concerne ao profissional atuante, mas ele ainda não está sabendo aproveitar o espaço que está lhe sendo dado. Ainda há uma visão assistencialista e um certo estigma em relação ao portador de necessidades especiais, e o profissional, muitas vezes, incorpora esta visão. A própria regulamentação legal, que orienta, cria as diretrizes para esta atuação, deixa margens para seu descumprimento, sendo seguida somente em parte.

Falta uma tomada de consciência da necessidade de uma mudança real e do compromisso que isso acarreta frente ao desenvolvimento do aluno.

Fatores como o não aproveitamento das experiências vividas por alguns profissionais e o excesso de técnicas e métodos podem ser pontos negativos para esta especialização, criando uma hostilidade entre quem já está e quem vem entrando agora. É preciso estar atento a estes fatores. Nada pode ser totalmente abandonado, jogado no lixo. É preciso saber aproveitar o que já está aí, e principalmente fazer uma ponte entre o que existe e o que está chegando.

Também não podemos "mecanizar" o trabalho, ter manuais de atuação, é preciso adequar-se a cada caso e, se necessário, abandonar todas as técnicas aprendidas e "ouvir a voz da experiência". Nada é estático.

É preciso abandonar o assistencialismo e abraçar o profissionalismo, mas de forma consciente. Isto vai auxiliar não só a idéia de um novo profissional – o especialista, como facilitará a inclusão que atua como fator de negação do assistencialismo, já que coloca a condição de **direito** por parte do portador de necessidades educativas especiais a uma escola regular e não um auxílio social.

## V – Referência Bibliográfica

- BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da Educação Especial  
IN: *Revista Brasileira de Educação Especial* São Paulo,  
ABPEE, vol.5, nº3, 1995.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, de junho de 1994:  
Salamanca - Espanha
- FERNANDES, Eulália. Bilingüismo e educação: interferências  
da língua de sinais no desempenho da língua portuguesa  
e causas educacional. IN: *Espaço*. Rio de Janeiro:  
MEC /INES, ano III, n.º 4 – jan./jun.
- GLATS, Rosana. A integração dos portadores de deficiência  
uma reflexão IN: *Questões atuais em Educação Especial*.  
Rio de Janeiro: Sette Letras, vol. I, 1995.
- KIRK, Samuel A. & Gallanger, James J. *Educação da  
Criança Excepcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes  
e Bases da Educação – LDB.

- MAZZOTA, Marcos J. da S. **Trabalho Docente e Formação de Professores De Educação Especial** : São Paulo: EPU, 1993.
- \_\_\_\_\_ **.Educação Especial no Brasil histórias e políticas públicas**: São Paulo: Cortez, 1996.
- MILLER, Nancy. **Ninguém é Perfeito** : Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- SMOLKA, Ana Luíza B. **O Trabalho Pedagógico na Diversidade (Adversidade?) da Sala de Aula**. IN: *Caderno Cedes*, São Paulo: Cortez, 1989, nº23.
- WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

## Anexos

### Questionário Utilizado:

- O que é Educação Especial?
- Quem é, na sua opinião, o profissional da Educação Especial e o que ele faz?
- Quais são, segundo sua opinião, os requisitos básicos para se trabalhar com Educação Especial?
- Você considera necessário uma formação acadêmica especializada para trabalhar com o portador de necessidades educativas especiais? Se considera, qual seria essa formação e a que nível?